Assinado Digitalmente por Diário do Acionista
Certificado Digital fornecido por Certisign Certificadora Digital
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.04.15 13:05:48 -03'00'

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

CNPJ/MF nº 29.185.279/0001-07

Relatório da Administração

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Top Down Consultoria & Projetos S.A,("Companhia" ou "Top Down") submete à apreciação de seus sócios/acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Mensagem da Diretoria Executiva: O ano de 2021 foi marcado por um avanço significativo no combate a pandemia, especificamente na viabilização de vacinas, estudos profundos sobre a Covid-19 e a queda dos números de internações. Assim, caminhamos para uma volta gradual e segura à normalidade e liberação do uso de máscaras em ambientes abertos, retorno de diversos setores importantes para a economia e evolução do grupo de vacinados e doses da vacina. É notório que a pandemia do novo Coronavírus impulsionou tomadas de decisões importantes para o progresso do mercado da Saúde Suplementar, e acelerou a transformação digital do ecossistema. Ainda que estejamos em um cenário promissor, reforçamos a necessidade de voltar ao ponto primordial e direcionar nossas ações a saúde e integridade dos nossos colaboradores, bem como a continuidade dos nossos negócios, apoiando fornecedores e clientes, cumprindo nossa responsabilidade perante a sociedade e mercado. Dessa forma, nos posicionamos de forma consciente, investimos em novos processos que contribuem para um mercado disruptivo e humanizamos nossos métodos com nossos colaboradores e clientes. Em suma, definimos 2021 como um ano de inovação e consolidação de marca. Nossos regimes e fluxos foram fortalecidos e amplamente estruturados, como parte fundamental deste processo realizamos a implantação do projeto TransformAção em 2021 e hoje colhemos os resultados. Parte disso, se deve a transformação da Companhia de sociedade limitada para sociedade anônima, com a formação do Conselho de Administração. A consolidação da marca no mercado de Saúde foi alicerçada com soluções focadas nos pagadores da Saúde Suplementar (HealthCare Payers): Operadoras de planos Médicos, Operadoras de planos Odontológicos, Administradoras de Benefícios e Corretoras de planos médicos e odontológicos. Nossas soluções focadas no setor são: TopSaúde Médico, TopSaúde Dental, TopSaúde Administradora, TopSaúde Corretora, Portais de Relacionamento (Beneficiário, Rede Credenciada, Empresa, Vendas PF e PJ, Corretor) e APP Beneficiário. Para continuidade no fortalecimento da marca e produtos, foi desenvolvida a solução TopSaúde Intelligence onde o objetivo desta ferramenta é levar ao mercado um produto inovador, trazendo inteligência ao negócio e abrindo oportunidades de gestão preditiva junto a operação. Atualmente nossas soluções suportam a operação de mais de 15 milhões de beneficiários em nossos clientes, fazendo com que a Top Down se posicione com destaque entre os maiores provedores de tecnologia para a Saúde Suplementar. Esta volumetria é atingida através de nossa carteira de clientes que atualmente é formada pelos grandes players do mercado de Saúde, entre eles – GNDI, Porto Seguro, Seguros Unimed, Central Nacional Unimed, MetLife, entre outros. Nosso planejamento é aumentar o market share no Middle Market da área da Saúde Suplementar (operadoras com carteira entre 20.000 e 200.000 beneficiários ativos), levando nossas soluções Cloud para um número cada vez maior de empresas e proporcionar soluções inovadoras e disruptivas. Temos como meta a implantação de nossas soluções além do eixo RJ-SP.

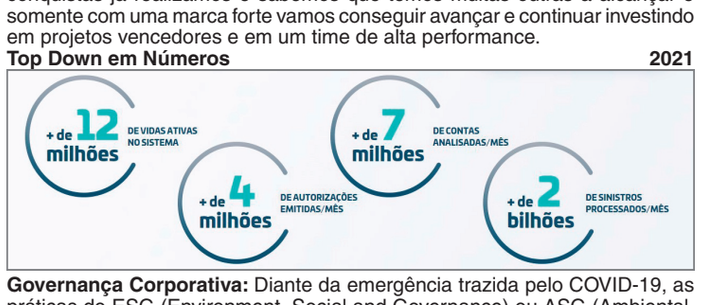
Perfil: Fundada em 1985, a Top Down é uma empresa consolidada com forte atuação no segmento de saúde suplementar junto à Operadoras, Seguradoras e Auto gestoras médicas e odontológicas, com forte estrutura tecnológica que processa mensalmente mais de 15 milhões de beneficiários ativos com mais de 9 milhões de contas médicas analisadas e 6 milhões de autorizações concedidas. Com isso conseguimos aliar tecnologia de ponta e gestão para que todos os nossos parceiros façam a diferença em um mercado cada vez mais competitivos. Nossa missão é desenvolver soluções completas de tecnologia para a área da saúde, superando desafios de forma inteligente, integrada e alinhada às necessidades dos clientes e do mercado. Temos como objetivo permanecer sendo referência em tecnologia de soluções para a Área de Saúde, levando soluções de alto nível a todos os players do mercado, focando na inovação para estar sempre à frente.

Nossos valores: • Transparência e **Ética**, para estimular confiança e credibilidade em nossos relacionamentos; **• Proximidade** e **Parceria**, para alinhar-se às necessidades do cliente, visando satisfação e crescimento mútuo; **• Dedicação**, para garantir atendimento ágil e eficiente, lado a lado com o cliente. **• Inovação,** para desenvolver soluções cada vez mais criativas e exclusivas perante os desafios do mercado.

Cenário Econômico e Setorial: O mercado elevou com força a expectativa de crescimento econômico do Brasil em 2021, o que foi confirmado com a divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil registrou alta de 0,5% no quarto trimestre em comparação com o terceiro trimestre. Assim, a atividade econômica nacional fechou em 2021 com alta de 4,6%, totalizando R$ 8,7 trilhões. Esse avanço recuperou as perdas de 2020, quando a economia brasileira encolheu 3,9% devido à pandemia. Mas quando falamos do mercado de saúde e bem-estar nos deparamos com um cenário disruptivo e inovador. Segundo dados disponibilizados no estudo Distrito HealthTech Report, entre os anos de 2014 e 2020, a quantidade de Health Techs no país cresceu de forma exponencial, saindo de 160 para 542 startups, sendo metade com no mínimo 5 anos de operação, movimentando neste período US$ 430 milhões em 189 rodadas de Venture Capital. O desenvolvimento de soluções tecnológicas na área da saúde, como a Telemedicina, não é algo que surgiu a partir da pandemia do COVID-19, esta discussão é antiga, e a covid-19 só fez com que o assunto retornasse à pauta de maneira prioritária. Com o isolamento social como forma de evitar uma propagação maior do vírus e para manter o bom gerenciamento da saúde da população, a telemedicina foi reconhecida no País, em caráter excepcional, pelo Conselho Federal de Medicina e o Ministério da Saúde conforme Lei nº 13.989 de 16 de abril de 2020. A regulamentação é válida apenas durante o período de emergência da pandemia. A expectativa do mercado é que as regulamentações se mantenham ao término do período emergencial. Acreditamos que a telemedicina, teleconsulta, teletriagem, prescrição digital e muitas outras soluções digitais, como e-commerce, marketplace, plataformas de diagnósticos, serão incorporados deste novo mercado, melhorando o acesso à saúde para população.

Nosso Posicionamento: Após implantarmos o TopSaúde em algumas dos maiores operadores de planos médicos e odontológicos do Brasil, avançamos agora para o midle market, oferecendo o TopSaúde Cloud. Em 2021 lançamos no mercado soluções inteligentes de grande relevância na área da saúde. Abaixo algumas soluções que estão se destacando e outras que até o fim do ano prometem surpreender. Confira: • TopSaúde Intelligence; • TopSaúde Regulatório; • TopCast; • TopTraining. Além do fortalecimento de nossos produtos, embarcando novas tecnologias, a empresa também atua em projetos para desenvolver conteúdo para o mercado, trazer de forma colaborativa, temas que são necessários trazer a discussão em meio ao momento de transformação que vivemos atualmente. Entre estes projetos estão o TopCast – Um canal de conteúdo onde são convidadas pessoas do segmento saúde para analisar e dividir experiências relevantes sobre algum tema sensível ao mercado de Saúde. Atualmente o TopCast está disponível em plataformas digitais e alcançando um número cada vez maior de pessoas levando conteúdo de qualidade e levando a marca da TopDown como uma empresa que proporciona debates enriquecedores para o mercado. Também lançamos nossa plataforma de ensino onde estamos proporcionando cursos, treinamentos e conteúdos para nossos colaboradores, bem como, para nossos parceiros promovendo treinamentos e capacitação em nossas soluções. Todas as ações têm objetivo de tornar o ano de 2021, ainda desafiador, uma oportunidade de dar continuidade aos projetos já consolidados, e que são nossos produtos reconhecidos no mercado, bem como agregar novas plataformas e projetos voltados a comunidade para conseguir também de alguma forma auxiliar nossa sociedade neste momento que ainda é tão delicado. Vencer desafios é uma característica da Top Down, por isso está em nosso DNA a capacidade de nos reinventarmos e desenvolver soluções que auxiliem no crescimento das empresas e sociedade, grandes conquistas já realizamos e sabemos que temos muitas outras a alcançar e somente com uma marca forte vamos conseguir avançar e continuar investindo em projetos vencedores e em um time de alta performance.

Top Down em Números **2021**



Governança Corporativa: Diante da emergência trazida pelo COVID-19, as práticas do ESG (Environment, Social and Governance) ou ASG (Ambiental, Social e Governança) tem sido cada vez mais usada pelas empresas. Estamos nos preparando para um mundo pós pandemia, reforçando nosso compromisso junto às questões relacionadas ao meio-ambiente, ao bem-estar da sociedade e aos padrões de governança. A Governança Corporativa está em contínuo aperfeiçoamento, visando zelar pela viabilidade econômico-financeira da Companhia. Sempre que necessário a Diretoria promove alterações e inovações no seu modelo de governança, promovendo a segurança e transparência na gestão dos negócios. Neste sentido a Administração vem estruturando novos Comitês com atribuições relevantes para garantir e aplicar as melhores práticas de Governança Corporativa: **• Comitê de Riscos e Governança** – é responsável por garantir e aprimorar os controles internos; recomendar procedimentos diante da constatação de inadequações em processos, procedimentos e/ou sistemas; garantir o cumprimento da Lei Geral de proteção de dados (LGPD), bem como segurança da informação; acompanhar o mapeamento dos riscos que a Companhia está exposta e as respectivas ações preventivas e mitigantes. **• Comitê de RH e Remuneração –** emite opiniões sobre políticas de atração, retenção e desenvolvimento de talentos, bem como recomenda e opina a respeito de sucessão, avaliação de desempenho e treinamentos. Elabora proposta de remuneração e benefícios dos altos executivos. **• Comitê de Inovação e Transformação Digital** – É responsável por assessorar a Administração com a avaliação, priorização e desenvolvimento de novas tecnologias nas soluções, com foco no planejamento estratégico definida pela Administração.

Recursos Humanos: Encerramos 2021 com 207 **colaboradores** representando um crescimento de 54,4%. A área de Recursos Humanos atua constantemente para reforçar nosso compromisso de proporcionar aos colaboradores uma experiência humanizada. Oferecemos um pacote de benefícios como, assistência à saúde, odontológica, vale refeição, alimentação e acesso a telemedicina através da plataforma Conecta Médico extensivo a familiares e amigos, com valores bem diferenciados. Preocupados com o bem-estar dos colaboradores definimos a política de home office que inclui a ajuda de custo para todos os colaboradores, oferecemos o Topper Free day (dia de descanso no mês de aniversário), e ainda com o objetivo de estimular a desenvolvimento contínuo, a TopDown implantou a plataforma EAD com conteúdo que podem ser acessados a qualquer tempo e de qualquer lugar. Além de todos os benefícios, incentivamos nossos colaboradores na indicação de novos talentos, novos "Toppers", certos de que esta conduta contribui com o sentimento de pertencimento dos Toppers e proporciona maior aderência dos futuros Toppers ao nosso fit cultura.

Responsabilidade com Meio Ambiente e Segurança: A Top Down mantem seu compromisso com Sustentabilidade a Responsabilidade Social junto à comunidade e seus colaboradores. Sabemos da importância do nosso papel na conscientização e na mudança de hábitos dos nossos colaboradores. Trabalhamos para construir uma cultura de respeito, inclusão e equidade, que permita que as pessoas desenvolvam seus talentos com suas características únicas. Acreditamos no empoderamento feminino, e temos orgulho de divulgar que a atuação feminina atingiu **21,39%,** de participação no quadro total de colaboradores. Nosso programa de inclusão social reforça nosso compromisso de oferecer vagas para pessoas com deficiência, bem como, para jovem aprendiz.

Desempenho Econômico Financeiro	**Dez/21**	**Dez/20**
Receita Líquida	R$ 38,15	R$ 34,94
Lucro Líquido	R$ 1,57	R$ 7,14
IRPJ/CSLL	R$ 1,23	-R$ 3,03
Resultado Financeiro	-R$ 0,04	-R$ 0,04
Depreciação e Amortização	-R$ 0,54	-R$ 0,58
Aluguéis Caixa	-R$ 0,32	-R$ 0,32
EBITDA	**R$ 0,61**	**R$ 10,49**
% margem Ebitda	***1,6%***	***30,0%***

EBITDA

O lucro líquido das operações continuadas em 2021 foi **R$ 1,57 milhões**, apresentou uma redução de R$ 5,56 MM, motivada pela reestruturação na estrutura operacional e administrativa da Companhia. O EBITDA em dezembro 2021 totalizou **R$ 0,6 milhões**, com margem de 1,6% impactado pela reestruturação operacional e administrativa da Companhia, e constituição de provisão para contingência tributária no montante de R$ 1,84 milhões.

Investimentos: A Top Down investiu e **R$ 2,47 milhões** em ativos intangíveis, direcionados à inovação e desenvolvimento de novas soluções. Diante da alta demanda em novas soluções no mercado de saúde e bem-estar a Companhia intensificou seus investimentos, confirmando seu compromisso em prover aos seus clientes soluções com tecnologia de ponta.

Endividamento	**Milhões de Reais**	
	2021	**2020**
Circulante	R$ 0,45	R$ 0,30
Não Circulante	R$ 0,60	R$ 0,43
Divida Bruta	R$ 1,05	R$ 0,73
(-) Caixa e Equivalente e outros instrumentos financeiros	R$ 2,16	R$ 7,80
Divida Líquida	R$ 1,11	R$ 7,07

Em 31 de dezembro de 2021, a dívida bruta aumentou de R$ 0,73 para R$ 1,05 milhões decorrente de contrato de arrendamento imobiliário e financeiro. O saldo de caixa e equivalentes de Caixa reduziu de R$ 7,80 milhões para R$ 2,16 milhões, decorrente da deliberação de pagamento de dividendos extraordinários devido o processo de transferência acionária.

Dividendos: O dividendo obrigatório da Companhia é de 25% do lucro líquido, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras. A companhia apurou no exercício social um dividendo mínimo obrigatório correspondente a R$ 0,3 milhões que aguarda deliberação pela Assembleia Geral Ordinária.

Relacionamento com Auditores: A Top Down utilizou os serviços de auditoria independente da Ernest Young Auditores Independentes (E&Y), para revisão de suas demonstrações financeiras findo em 31/12/2021. Em conformidade com a instrução CVM nº 381/03, a Companhia adotou como procedimento formal, previamente na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente, fundamentar-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Neste sentido, em 31 de dezembro de 2021, não foram contratados serviços adicionais. Nossos auditores independentes declararam à Administração que não possuem aspectos de independência que pudessem afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

A Administração

Balanços Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	**Nota**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.159	7.802
Contas a receber de clientes	5	7.871	3.955
Impostos a recuperar	6	1.791	883
Impostos diferidos	17.1	1.103	179
Créditos diversos		228	107
Total do ativo circulante		**13.152**	**12.926**
Depósitos judiciais	12.b	2.718	2.175
Direito de uso – arrendamento	7.a	490	621
Imobilizado	8	856	571
Intangível	9	3.939	1.378
Total do ativo não circulante		**8.003**	**4.745**
Total do ativo		**21.155**	**17.671**
Passivo	**Nota**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Circulante			
Empréstimos e financiamentos		145	–
Passivo de direito de uso – arrendamento	7.b	300	299
Fornecedores e outras contas a pagar		1.711	761
Salários, encargos e provisão para férias	10	4.971	2.261
Impostos e contribuições a recolher	11	1.591	2.127
Receita Diferida		1.340	876
Dividendos a pagar		374	–
Total do passivo circulante		**10.432**	**6.324**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos		292	–
Passivo de direito de uso – arrendamento	7.b	309	429
Impostos e contribuições a recolher	11	–	9
Provisão para contingências	12.a	4.639	2.175
Total do passivo não circulante		**5.240**	**2.613**
Patrimônio líquido			
Capital social	13	4.600	600
Reserva legal	13.b.2	79	–
Reserva de lucros		804	8.134
Total do patrimônio líquido		**5.483**	**8.734**
Total do passivo e patrimônio líquido		**21.155**	**17.671**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

	Nota	**Capital**	**Reserva legal**	**Reserva de lucros**	**Resultado do exercício**	**Total patrimônio líquido**
Saldo em 01 de janeiro de 2020		**600**	**–**	**5.977**	**–**	**6.577**
Resultado líquido do exercício		–	–	–	7.141	**7.141**
Distribuição de lucros	**13.c**	–	–	–	(4.984)	(4.984)
Transferência para reserva de lucros		–	–	2.157	(2.157)	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**600**	**–**	**8.134**	**–**	**8.734**
Resultado líquido do exercício		–	–	–	1.573	**1.573**
Constituição de reserva legal	**13.b.2**	–	79	–	(79)	**–**
Aumento de capital	**13.a**	4.000	–	(4.000)	–	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	**13.c**	–	–	–	(374)	**(374)**
Transferência para reserva de lucros		–	–	1.120	(1.120)	**–**
Distribuição de lucros	**13.c**	–	–	(4.450)	**–**	**(4.450)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**4.600**	**79**	**804**	**–**	**5.483**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados – Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receita de serviços líquida	**14**	38.150	34.497
Custos dos serviços prestados	**15**	(30.025)	(21.677)
Lucro bruto		**8.125**	**12.820**
Despesas gerais e administrativas	**15**	(6.729)	(2.351)
Despesas comerciais e marketing	**15**	(991)	(201)
Outras receitas (despesas) operacionais	**15**	(15)	(50)
		(7.735)	**(2.602)**
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		**390**	**10.218**
Despesas financeiras	**16**	(203)	(284)
Receitas financeiras	**16**	160	240
		(43)	**(44)**
Resultado antes do IRPJ e CSLL		**347**	**10.174**
Despesas com imposto corrente	**17.1**	(766)	(3.212)
Despesas com imposto diferido	**17.1**	1.992	179
		1.226	**(3.033)**
Lucro líquido do exercício		**1.573**	**7.141**
Resultado por ação	**13.d**		
Resultado por ação – básico (em R$)		0,3421	11,902
Resultado por ação – diluído (em R$)		0,3421	11,902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**Nota**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Resultado do exercício		1.573	7.141
Ajustes para:			
Despesa com IRPJ e CSLL diferido		(1.992)	(179)
Despesa com RIPJ e CSLL corrente		766	3.212
Depreciação/Amortização	8 e 9	241	344
Amortização direito de uso	7.a	348	239
Baixa de ativos imobilizado e intangível	8 e 9	–	164
Provisão para contingência	12.a	1.888	395
Variações monetárias e cambiais		576	–
Provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa		243	–
Despesa de juros com empréstimos, financiamentos e arrendamento		38	49
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(4.159)	(379)
Créditos diversos		(123)	(28)
Impostos a recuperar		(908)	(682)
Depósitos judiciais		(543)	(394)
Fornecedores e outras contas a pagar		950	(393)
Salários, encargos e provisão para férias		2.710	(65)
Impostos e contribuições a recolher		241	1.041
Adiantamentos de clientes		456	876
Outros ativos e passivos		(4)	–
Outros fluxos de caixa de atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social diferido		1.068	–
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.543)	(2.854)
Fluxo de caixa provenientes das atividades operacionais		**1.826**	**8.487**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	8	(470)	(331)
Aquisição de intangível	9	(2.617)	(1.300)
Fluxo de caixa provenientes das atividades de investimento		**(3.087)**	**(1.631)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Captação de empréstimos com terceiros		437	–
Pagamentos de arrendamentos		(369)	(314)
Dividendos distribuídos	13.c	(4.450)	(4.984)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		**(4.382)**	**(5.298)**
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(5.643)**	**1.558**
Caixa e equivalentes de caixa:			
Em 1º de janeiro	4	**7.802**	6.244
Em 31 de dezembro	4	**2.159**	7.802
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(5.643)**	**1.558**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente – Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	31/12/2021	**31/12/2020**
Lucro do exercício	1.573	7.141
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	1.573	7.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 *(Valores expressos em milhares de reais)*

1. Contexto operacional – A Top Down Consultoria & Projetos S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Top Down Consultoria e Projetos Ltda, possui sede na Rua do Carmo, nº 71, centro, na cidade do Rio de Janeiro – Estado do Rio de Janeiro. A Companhia atua no setor de tecnologia da informação, com ênfase no fornecimento de sistema de gestão de sustentação operacional para empresas de saúde suplementar através dos planos de saúde. A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços gerais de processamento de dados, consultoria, treinamento em aplicação de computadores em áreas diversas e desenvolvimento de sistemas personalizados. Em 31 de maio de 2021, os sócios aprovaram a transformação do tipo jurídico de sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade anônima, de forma que a Companhia passou a operar sob a denominação de Top Down Consultoria & Projetos S.A., sendo certo que a transformação do tipo societário ora aprovada, não importará em solução de continuidade da Companhia, a qual continuará existindo com os mesmos direitos e obrigações sociais, conservando o mesmo patrimônio social e a mesma escrituração comercial e fiscal. Em decorrência da transformação do tipo societário em anônima, os acionistas aprovaram a criação do conselho de administração da Companhia, composto por 3 membros eleitos por assembleia geral, com mandato unificado de dois anos, sendo permitida a sociedade reeleição.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis – **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração da Companhia no processo de gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 05 de abril de 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2. Base de apresentação:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. Os julgamentos, estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias, e estão consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e de 2020. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. **2.4 Impactos da Covid nas Demonstrações Financeiras:** Os primeiros casos de COVID-19 foram identificados em dezembro de 2019 na cidade de Whuran, na China. Devido ao rápido aumento de casos em escala global, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia. Os primeiros casos de COVID-19 no Brasil ocorreram no primeiro trimestre de 2020 e rapidamente se espalhou por todo o país. A Companhia vem monitorando os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 e mantém medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus participantes e continuidade de suas operações. Destacamos que a Companhia não adotou no exercício medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações. Diante do cenário atual de incertezas na economia, ocasionado pela pandemia do Covid-19 e em atendimento aos Ofícios Circulares CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 e nº 03/2020, a Companhia revisou as principais estimativas contábeis e estão apresentadas ao longo das notas explicativas, com destaque: **• Avaliação de provisão para perda esperada**: A Companhia avalia as variáveis que compõem a metodologia de mensuração das perdas estimadas, através da projeção das rolagens de cada faixa da carteira, capturando as estimativas de reflexos na inadimplência e recuperação dos créditos para os próximos meses. A Companhia não observou nenhuma mudança significativa em relação às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Cabe ressaltar que a Administração permanece acompanhando o cenário econômico e avaliando eventuais impactos que podem causar reflexo na mensuração das perdas estimadas. **• Avaliação de impairment de ativos intangíveis com vida útil indeterminada**: A Companhia avaliou os indicadores e premissas referente a recuperabilidade de seus ativos e não identificou mudanças significativas em relação ao teste de impairment em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Além dos itens destacados acima, a Companhia vem monitorando de perto os riscos de liquidez e de crédito. **2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Transações em moeda estrangeria são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações, quando aplicável. **2.6. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.7. Principais políticas contábeis: 2.7.1. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1° de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). A **Companhia** realizou uma avaliação de impacto detalhado na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos: O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro

continua …

Assinado Digitalmente por Diário do Acionista
Certificado Digital fornecido por Certisign Certificadora Digital
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.04.15 13:06:09 -03'00'

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

… continuação

CNPJ/MF nº 29.185.279/0001-07

designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado. **Mensuração:** Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la. A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde: • Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro; • Menos as amortizações de principal; e • Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva. Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente. **Reconhecimento:** Os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados no resultado do exercício em conta específica. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrem. **Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **Redução ao valor recuperável:** O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A "Provisão para perdas de créditos esperados", é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. A perda de créditos esperados foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência, vencidos acima de 180 dias. **2.7.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses recursos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.7.3. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão apresentadas a valores de custo amortizado. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A provisão para perda de créditos esperados foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência. **2.7.4 Reconhecimento da receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados, podendo ser confiavelmente mensurado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos ou outros itens similares. **Prestação de serviços de curta duração:** Na prestação de serviços correspondentes ao desenvolvimento, gestão de projetos e serviços de engenharia de sistemas de TI, vinculados a contratos de curta duração, na qual o resultado é apropriado quando as medições de prestação de serviços são efetivadas. Quando vinculados a contratos firmados na modalidade de "Projetos", o resultado é apropriado de forma similar à prestação de serviços de longa duração, conforme disposto a seguir: **Prestação de serviços de longa duração:** Na prestação de serviços correspondentes ao desenvolvimento e gestão de projetos e serviços de engenharia de sistemas de TI, vinculados a contratos de longa duração, o resultado de acordo a legislação societária brasileira e o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com cliente, que destacamos os principais pontos: Essa norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos: **Passo 1:** Identificar o (s) contrato (s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47/IFRS15 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos; **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente; **Passo 3:** Determinar o preço da transação — o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente; **Passo 4:** Alocar o preço de transação as obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato; e **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho. A Companhia reconhece receita quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado a obrigação de desempenho satisfeita. A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço como cumprimento do contrato, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47/IFRS15. • A receita é reconhecida com base em medições dos serviços já executados. Com exceção dos serviços de customização que ultrapassa 2 meses, onde é reconhecido 50% no momento da aprovação e 50% no momento do encerramento do serviço. Já os custos são registrados no momento do fato gerador. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras, quando da ocorrência de efeitos significativos. No decorrer do exercício apresentado a Companhia não obteve operações que resultem em resultados abrangentes, desta forma, não apresentou estes resultados. As receitas de serviço da Companhia são, em sua totalidade, decorrentes de: i) **Licenciamento e Manutenção**: Conceitua-se por ceder ao cliente, em caráter não exclusivo, o direito de uso do produto Top Saúde, na vigência do contrato, com ou sem a hospedagem do banco de dados do sistema sob responsabilidade do cliente, bem como também, manter o adequado funcionamento do sistema; ii) **Implantação:** Refere-se aos serviços realizados em novos clientes ou novos módulos adquiridos, contemplando todos os esforços necessários para a instalação até a entrada em produção do sistema Top Saúde; iii) **Serviços:** Referente a consultorias, customizações sistêmicas e suporte técnico não previstos na implantação ou licenciamento, solicitadas pelo cliente; iv) As **receitas diferidas:** Referem-se aos recebimentos de clientes de forma antecipada sem a devida prestação do serviço. Os valores são apurados e reconhecido na receita de acordo com a evolução de cada projeto e consequentemente com a aprovação do cliente. **2.7.5 Arrendamentos:** A Companhia adota a norma IFRS 16/CPC 06(R2) que substituiu a IAS 17/CPC 06(R1) e IFRIC 4 – Como determinar se um acordo contém um arrendamento. **A Companhia como arrendatário:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Quanto aos arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento prevista pela norma a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos, para os quais o prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra e para arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor, relativos a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Cumpre ressaltar que os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental de empréstimos na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento**.** Na data de início do contrato, a Companhia avalia se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia reconhece os passivos de arrendamentos para efetuar pagamentos de arrendamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes, na data de início dos arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamentos. **2.7.6. Imobilizado:** i) Reconhecimento e mensuração Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ii) Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. iii) Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, conforme o IAS 16/CPC 27 – Ativo Imobilizado. A depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	10 anos
Móveis e utensílios	
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4-8 anos

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando necessário. **2.7.7. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. Segue abaixo a taxa de amortização praticada para a Companhia de Intangível:

	% taxas de amortização		
	2021	**2020**	**2019**
Software e licença de uso	20%	20%	20%

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. **2.7.8. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável do dispêndio, observada a natureza de cada provisão. **2.7.9. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.7.10. Classificação Corrente e Não Corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.7.11. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. *i) Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes:* A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. *ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos:* O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do tributo (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício. Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização. Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada anualmente ou quando não for provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele. Na avaliação da Administração, o atual cenário, impactado pelo Covid-19, não afetou as projeções de lucros futuros tributáveis, permitindo a recuperabilidade de créditos nos próximos anos. **2.7.12. Base e mensuração do valor justo:** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto a determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado nas notas explicativas. Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa regularmente as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. A principal estimativa que representa risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras nos próximos exercícios refere-se à mensuração a valor justo de instrumentos financeiros. **2.7.13. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é efetuado o ajuste de *impairment*. Não houve registro de perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis. **2.7.14. Distribuição de lucros:** A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. **2.7.15. Partes relacionadas:** A Companhia não apresenta saldo de transações entre partes relacionadas em 31 dezembro de 2021 e 2020. **Remuneração do pessoal chave da administração:** Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui Pró-labore, Programa de Participação nos Resultados (PPR), assistência médica e odontológica ascende R$ 1.822 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 334 em 31 de dezembro de 2020). **2.7.16. Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. Novas normas e interpretações contábeis – A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data, e não houve impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia, as quais estão demonstradas a saber:

Pronunciamento	**Descrição**	**Impacto**
Alterações no CPC 15 (R1)/ IFRS 3: Definição de negócios	Esclarecem que para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos.	Não teve impacto sobre as demonstrações financeiras, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.
Revisão CPC 00 (R2)	Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação, bases de mensuração, objetivos do relatório financeira e informação útil.	Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras.
Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.	Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras.
Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.	As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.	Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras.
Alteração no IAS 1/CPC 26 (R1), IAS 8/CPC 23:	Alteração da definição de material (emendas a IAS 1 e IAS 8)	Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras.

Novas normas e interpretações ainda não adotas: As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras são divulgadas abaixo:

Normas e Emendas a Normas		**Vigências**
IFRS 1/CPC 43 (R1) – First- time Adoption of International Financial Reporting Standards/ Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relatório financeiro.	Alterado por melhorias anuais para as normas IFS 2018-2020 (subsidiária como adotante pela primeira vez)	1º de janeiro de 2022
IFRS 3/CPC 15 (R1) – Business Cobinations/Combinações de negócios.	Alterado por referência à estrutura conceitual (emendas à IFRS 3)	1º de janeiro de 2022
IFRS 9/CPC 48 – Financial Instruments/Instrumentos Financeiros.	Alterado pelas melhorias anuais das normas IFRS 2018-2020 (taxas no teste '10% 'para desreconhecimento de passivos financeiros)	1º de janeiro de 2022
IFRS 10/CPC 36 (R3) and IAS 28/CPC 18 (R2) – Investment Entities: applying the Consolidation Exception/Aplicando a Exceção na Consolidação.	Alteração: data efetiva das emendas a IFRS 1o e IAS 28	A definir
IAS 1/CPC 26 (R1) – Presentation of Financial Statements/Apresentação das demonstrações financeiras.	Alterado pela classificação do passivo como circulante ou não circulante (emendas à IAS 1)	1º de janeiro de 2022
IAS 1/CPC 27 – Ativo Imobilizado/Property, Plant and Equipment	Alterado por imobilizado – Produto antes do uso pretendido (emendas à IAS 16)	1º de janeiro de 2022
IAS 37/CPC 25 – Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets/Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Alterado por contratos onerosos – Custo de cumprimento de um contrato (emendas à IAS 37)	1º de janeiro de 2022
IFRS 17/CPC 50 – Insurance contracts/ Contratos de Seguros – irá substituir a IFRS 4/ CPC 11.	Alterado para assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem de forma fidedigna a essência desses contratos.	1º de janeiro de 2023
IAS 1/CPC 26 (R1) – Presentation of Financial Statements/Apresentação das demonstrações financeiras.	O IASB adia a data efetiva de Classificação de Passivos como Atual ou Não Atual (Alteração à IAS 1)	1º de janeiro de 2023

continua …

Assinado Digitalmente por Diário do Acionista
Certificado Digital fornecido por Certisign Certificadora Digital
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.04.15 13:06:30 -03'00'

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

… continuação

CNPJ/MF nº 29.185.279/0001-07

IAS 12/CPC 32 – Income taxes/ Tributos sobre o lucro	Alterado por impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações à IAS 12)	1º de janeiro de 2023
IAS 8/CPC 23 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors/Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Alterações relativas à definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	–	3
Bancos	2.159	3.984
Aplicações financeiras	–	3.815
	2.159	**7.802**

A Companhia não apresenta saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 as aplicações financeiras correspondiam às operações automáticas da conta corrente junto às instituições financeiras que a Companhia operava, possuindo baixo risco de crédito, sendo atreladas parte renda fixa (CDI e IPCA) 123,79% e parte em fundos de investimentos.

5. Contas a receber de clientes

De terceiros	31/12/2021	31/12/2020
Clientes faturados	3.031	1.235
Clientes a faturar	5.083	2.720
	8.114	**3.955**
(-) PECLD	(243)	–
	7.871	**3.955**

O contas a receber de clientes corresponde aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de contas a receber apresentou três clientes que somados totalizaram 88% da concentração. Em 31 de dezembro de 2020, três clientes somado totalizaram 95% do saldo total. O aging list está demonstrado conforme abaixo:

Vencimentos dos recebíveis	31/12/2021	31/12/2020
Saldos vencidos:		
Até 90 dias	278	632
Acima de 91 dias até 180 dias	77	32
Acima de 181 dias	161	–
Total vencidos	516	664
Total a vencer	2.515	571
Total recebíveis	**3.031**	**1.235**

Os clientes são analisados individualmente e os títulos considerados para provisão para perdas levaram em consideração os títulos vencidos há mais de 180 dias, as perdas históricas e expectativa de recebimento dos títulos em atraso. A movimentação está assim apresentada abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	–	–
Provisão constituída	(343)	–
Baixa de Provisão	100	–
Saldo final	**(243)**	–

6. Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
INSS a recuperar	227	157
IRPJ e CSLL	539	409
PIS e COFINS a recuperar	329	305
IRRF a compensar	382	–
Outros impostos a recuperar	314	12
	1.791	**883**

7. Arrendamentos – a) Ativo – direito de uso

	Vida útil estimada em anos	Saldo em 2020	Atualização de Contratos (ii)	Adições (i)	Ajuste IFRS-16	Amortização do direito de uso	Saldo em 2021
Direito de uso – propriedade	1 a 3 anos	396	128		–	(249)	276
Direito de uso – equipamentos	3 anos	225	–	110	(22)	(99)	214
Direitos de uso em arrendamento, líquido		**621**	**128**	**110**	**(22)**	**(348)**	**490**

	Vida útil estimada em anos	Saldo em 2019	Adições (i)	Amortização do direito de uso	Saldo em 2020
Direito de uso – propriedade	1 a 3 anos	503	126	(233)	396
Direito de uso – equipamentos	3 anos	–	231	(6)	225
Direitos de uso em arrendamento, líquido		**503**	**357**	**(239)**	**621**

b) Passivo – direito de uso

	Taxa	Saldo em 2020	Atualização de Contratos (ii)	Adições	Ajuste IFRS-16	Baixa por pagamento	Encargos financeiros	Saldo em 2021
Direito de uso – propriedade	6,90% a 9,33%	501	128	–	(43)	(260)	34	360
Direito de uso – equipamentos	8,37% a 13.89%	227	–	110	18	(109)	4	249
Direitos de uso em arrendamento, líquido		728	128	110	(25)	(369)	38	609
Circulante		299						300
Não Circulante		429						309

	Taxa	Saldo em 2019	Adições (i)	Baixa por pagamento	Encargos financeiros	Saldo em 2020
Direito de uso – propriedade	6,90% a 9,33%	634	127	(308)	48	501
Direito de uso – equipamentos	8,37% a 13.89%	–	232	(7)	2	227
Direitos de uso em arrendamento, líquido		634	359	(315)	50	728
Circulante		218				299
Não Circulante		**416**				**429**

O passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos. *(i) Adições por renegociação de contratos já existentes (R$ 126) e adesão de novos contratos de arrendamento de equipamentos (R$ 231). (ii) Remensuração do passivo de arrendamento para refletir as alterações nos pagamentos futuros resultantes da aplicação do índice de reajuste de preço de contrato.*

8. Imobilizado

Custo	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/12/2021
Móveis e utensílios	359	–	–	359	–	359
Equipamentos de informática	656	331	(189)	798	470	1.268
Máquinas e equipamentos	6	–	–	6	–	6
Instalações	384	–	–	384	–	384
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.158	–	–	1.158	–	1.158
	2.563	**331**	**(189)**	**2.705**	**470**	**3.175**
Depreciação acumulada						
Móveis e utensílios	(213)	(36)	6	(243)	(34)	(277)
Equipamentos de informática	(484)	(68)	18	(533)	(67)	(600)
Máquinas e equipamentos	(5)	–	–	(5)	(1)	(6)
Instalações	(384)	–	–	(384)	–	(384)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(742)	(227)	–	(969)	(83)	(1.052)
	(1.827)	**(331)**	**24**	**(2.134)**	**(185)**	**(2.319)**
Imobilizado líquido	**736**	**–**	**(165)**	**571**	**285**	**856**

O Grupo avaliou os indicadores e premissas referente a recuperabilidade de seus ativos e não identificou alterações significativas em relação ao teste de recuperabilidade de 31 de dezembro de 2020.

9. Intangível

Custo	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/12/2021
Software	79	142	–	221	124	345
Intangível em andamento	–	1.159	(1)	1.158	2.473	3.631
Marcas e patentes	17	–	–	17	20	37
	96	**1.301**	**(1)**	**1.396**	**2.617**	**4.013**
Amortização acumulada						
Software, marcas e patentes	(6)	(13)	1	(18)	(56)	(74)
Total	**(6)**	**(13)**	**1**	**(18)**	**(56)**	**(74)**
Intangível Líquido	**90**	**1.288**	**–**	**1.378**	**2.561**	**3.939**

O Grupo avaliou os indicadores e premissas referente a recuperabilidade de seus ativos e não identificou alterações significativas em relação ao teste de recuperabilidade de 31 de dezembro de 2021.

10. Salários, encargos e provisão para férias

	31/12/2021	31/12/2020
Salários e Encargos Sociais a pagar	2.784	782
Provisão de Férias e Encargos Sociais a pagar	2.187	1.479
	4.971	**2.261**

11. Impostos a recolher

	31/12/2021	31/12/2020
ISS a pagar	519	438
IRPJ e CSLL a pagar	405	1.183
PIS e COFINS a pagar	663	513
Outros	4	2
	1.591	**2.136**
Circulante	1.591	2.127
Não Circulante	–	9
Total	**1.591**	**2.136**

12. Provisão para contingências – a) Contingências

Provisão para contingências	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.780**		**1.780**
Adições/(Reversões)	404		404
Pagamentos	(9)	–	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.175**	**–**	**2.175**
Adições/(Reversões)	1.844	44	1.888
Atualização monetária	576	–	576
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**4.595**	**44**	**4.639**

Riscos não provisionados (risco de perda possível)	Fiscais	Cíveis	Total
Perda possível em 2020	**–**	**4.602**	**4.602**
Perda possível em 2021	**2.505**	**200**	**2.705**

O Grupo tem ações de natureza tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificado pela Administração como possível com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, sendo os montantes aqueles divulgados acima. Abaixo demonstramos as ações de probabilidade de perdas possíveis: Fiscais – Em sua maioria, trata-se de processos de manifestação de inconformidade em face do despacho decisório que não homologou o pedido de compensação junto à Receita Federal e apenas um processo administrativo gerado para cobrança do débito consubstanciado no auto de infração nº 300.831, lavrado em discussão com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

b) Depósitos Judiciais

Depósitos judiciais (i)	Tributários
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.780**
(+) Adições	404
(+) Reversões	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.175**
(+) Adições	543
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.718**

Depósito judicial administrativo municipal.

13. Patrimônio líquido – a) Capital social: Em 22 de maio de 2021, houve aumento de capital no valor de R$ 4.000 mil, mediante ao saldo de reserva de lucros, sendo que o capital social da companhia passou de R$ 600 mil para R$ 4.600 mil. Em virtude da transformação do tipo societário em sociedade por ações, a Sociedade passou a ser regida pelas disposições da Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, conforme alterada cada quota em que se divide o capital social da Companhia, dividido em 4.600.000 (quatro milhões e seiscentas mil) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, foi convertido na proporção de 1 (uma) quota para 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, de modo que o capital social da Sociedade, passou a ser de R$ 4.600.000 (quatro milhões e seiscentas mil), dividido em 4.600.000 (quatro milhões e seiscentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo as ações distribuídas para os acionistas na mesma proporção em que participavam do capital social da Sociedade anteriormente a transformação ora aprovada, conforme demonstrado a seguir:

Acionistas em 31 de maio de 2021	Ações	%
Jose Aymberê de Almeida Junior	1.150.000	25%
Luiz Freire Machado	1.150.000	25%
Vera Maria Bonini Freire Machado	1.150.000	25%
Pedro Freire Machado	1.150.000	25%
	4.600.000	**100%**

Em 02 de junho de 2021 a Interplayers Soluções Integradas S.A. tornou-se sócia da Top Down adquirindo 75% da Companhia pertencentes aos sócios retirantes José Aymberê de Almeida Júnior (25%), Luis Freire Machado (25%) e Vera Maria Bonini Freire Machado (25%). Em 31 de dezembro de 2021, o capital social era de R$ 4.600.000 (quatro milhões e seiscentas mil) subscrito e integralizado, e representado por 4.600.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está apresentada da seguinte forma:

Acionistas em 31 de dezembro de 2021	Ações	%
Pedro Freire Machado	1.150.000	25%
Interplayers – Soluções Integradas S.A.	4.350.000	75%
	4.600.000	**100%**

Acionistas em 31 de dezembro de 2020	Quotas	%
Jose Aymberê de Almeida Junior	180.000	30%
Luiz Freire Machado	198.000	33%
Vera Maria Bonini Freire Machado	81.000	14%
Pedro Freire Machado	81.000	14%
TopDown Participações Ltda	60.000	10%
	600.000	**100%**

b) Natureza e propósito das reservas: b.1) Reserva de Lucros: A Companhia opta por manter em reserva de lucros todo o excedente de resultados depois de constituídas a reserva legal e a provisão para distribuição dos dividendos, em consonância com os preceitos da Lei das Sociedades por Ações, para eventual posterior distribuição como proventos aos acionistas. Todas as destinações dos lucros são anualmente aprovadas em Assembleia dos Acionistas. **b.2) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integralidade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou o montante de R$ 79 a título de reserva de lucros. **c) Distribuição de lucros:** Durante o período entre janeiro a maio de 2021 onde a Companhia atuava como Sociedade Limitada, houve a distribuição de lucros realizada de forma desproporcional às quotas de capital social no valor de R$ 4.450 (R$ 4.984 mil em 2020), porém, suportada por atas assinadas pelos sócios em comum acordo. A partir da transformação do tipo societário em sociedade por ações, o estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido e abaixo apresentamos o cálculo referente a 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	1.573
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	(78)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	**1.495**
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	374
Distribuição de lucros	4.450

Entre 01 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, foram distribuídos R$ 4.824 mil (R$ 4.984 mil em 2020) relativo ao lucro corrente e reservas de lucros acumulados até 2020. Até 31 de dezembro de 2021, existia o valor de R$ 374 mil restantes a pagar. **d) Lucro por ação:** O cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes no período.

14. Receita líquida de serviços prestados

Mercado nacional	31/12/2021	31/12/2020
Com terceiros		
Prestação de serviços de desenvolvimento de software	43.952	39.750
Receita bruta total	**43.952**	**39.750**
(-) Impostos sobre vendas	(5.802)	(5.253)
Receita líquida	**38.150**	**34.497**

15. Custos e despesas por natureza

Classificados como:	31/12/2021	31/12/2020
Custos dos serviços prestados	(30.025)	(21.677)
Despesas gerais e administrativas	(6.729)	(2.351)
Despesas comerciais	(991)	(201)
Outras receitas (despesas) operacionais	(15)	(50)
	(37.760)	**(24.279)**
Natureza		
Mão de obra própria	(24.565)	(15.993)
Serviços com terceiros	(10.112)	(6.330)
Depreciação e amortização	(588)	(572)
Manutenção de softwares	(539)	(179)
Manutenção/conservação e infraestrutura	(419)	(441)
Serviços com Datacenter/Telecom/Cloud	(1.108)	(605)
Outras receitas (despesas) operacionais	(429)	(159)
	(37.760)	**(24.279)**

16. Resultado financeiro

Despesas financeiras	31/12/2021	31/12/2020
Juros com empréstimos	(102)	
Despesas bancárias	–	(18)
Juros passivos sobre contraprestações a pagar	(80)	(148)
Outras despesas financeiras	(21)	(118)
	(203)	**(284)**
Receitas financeiras		
Receitas com outros investimentos financeiros	42	166
Outras receitas financeiras	118	74
	160	**240**
Resultado financeiro	**(43)**	**(44)**

17. Imposto de renda e contribuição social corrente – 17.1 Impostos correntes: a) Conciliação da taxa efetiva

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	**347**	**10.174**
Alíquota oficial de imposto %	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados pela alíquota oficial	**(118)**	**(3.459)**
Diferenças permanentes	(194)	(65)
Crédito extemporâneo Lei do Bem (*)	1.069	–
Lei do Bem	443	409
PAT – Programa de alimentação do trabalhador	14	58
Outras	12	24
	1.226	(3.033)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(766)	(3.212)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.992	179
	1.226	**(3.033)**
Alíquota efetiva	353,31%	-29,81%

b) Movimentação dos Impostos Diferido

	Saldo em 31/12/2020	Reconhecidos no Resultado	Crédito Extemporâneo	Saldo em 31/12/2021
Impostos diferidos ativos				
Provisão Devedores Duvidosos	–	83	–	83
Outras provisões	194	820	–	1.013
Arrendamento mercantil financeiro	(14)	20	–	6
Crédito Extemporâneo	–	1.069	(1.069)	–
Total Impostos diferidos ativos	180	1.992	–	1.103

(*) Durante o exercício de 2021 a Companhia efetuou um levantamento dos investimentos realizado ao longo do exercício de 2020 com pesquisas e desenvolvimento de Inovação tecnológica (P&D), apurando um valor passível de compensação adicional no montante de R$ 3.199. Consecutivamente, os valores de impostos (CSLL/IRPJ) foram recalculados, resultando em um crédito adicional registrado no resultado do período como demonstrado a seguir:

	31/12/2021
Complemento de exclusão levado ao cálculo de 2020	
(-) Exclusão – Lei do bem P&D	**3.199**
(x) Alíquota oficial de imposto %	**34%**
(=) Imposto de renda 15%	480
(=) Adicional de 10%	320
(=) Contribuição Social 9%	288
(=) Incentivo PAT	(19)
(=) Imposto de renda e contribuição social correntes	**1.069**

18. Instrumentos financeiros – Gerenciamento de riscos: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos: **Instrumentos financeiros por categoria valor de justo e contábil:** Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Valor Contábil			
Ativos financeiros	31/12/2021	31/12/20020	Nota Explicativa	Nível
Contas a receber de clientes	7.871	3.955	5	2
Caixa e equivalentes de caixa	2.159	7.802	4	1
	10.030	11.757		
Passivos financeiros				
Passivos de arrendamento	609	728	7	2
Fornecedores e outras contas a pagar	1.711	761		2
	2.320	1.489		

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores justos. • Contas a receber de clientes e créditos diversos fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. • Arrendamentos mercantis, fornecedores e contas a pagar são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais. **(a) Considerações sobre riscos: Hierarquia:** A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela **Companhia** para cada instrumento. O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • **Nível 1:** Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • **Nível 2:** Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e • **Nível 3:** Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. **(i) Risco de crédito**

Exposição ao risco de crédito	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	2.159	7.802
Contas a receber de clientes	7.871	3.955
	10.030	**11.757**

A **Companhia** restringe a exposição a riscos de crédito associados à caixa e aos equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação a contas a receber de clientes, a **Companhia** restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas, por meio de acompanhamento dos limites individuais de posição, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência com essas contas a receber. **(ii) Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a **Companhia** sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A **Companhia** não possui operações com derivativos para a proteção na variação de taxa de juros. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota nº 4. **(iii) Risco com taxa de câmbio:** O risco associado decorre da possibilidade de a **Companhia** vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado. A Administração da **Companhia** monitora periodicamente a exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, porém, não possui operações com derivativos para proteção na variação de taxa de câmbio. **(iv) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a **Companhia** faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a sua Administração monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna. **(b) Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. **(ii) Contas a receber:** Os saldos de contas a receber de clientes são avaliados no momento inicial pelo valor presente, quando aplicável, e deduzidas da provisão para créditos esperados. **c) Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros:** A **Companhia** efetua testes de análises de sensibilidade, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias:** A **Companhia** desenvolveu análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2021 ativos sensíveis a risco de taxa de juros e variações monetárias. Em 31 de dezembro de 2020, para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas e foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio em 31 de dezembro de 2020 foi de 1,90% e foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Operação	Saldos em 2020	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	3.815	Redução CDI	1,90%	1,43%	0,95%
Receita financeira			**72**	**55**	**36**

Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Não há risco de solvência da Companhia. A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2021 e 2020 passivos com risco de liquidez. **Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

19. Cobertura de seguros

Cobertura	Vencimento	Valor da cobertura
Incêndio, raio, explosão, vendaval e danos elétricos e outros	08/02/2023	2.100
Incêndio, raio, explosão, vendaval e danos elétricos e outros	08/02/2023	2.100
		4.200

A **Companhia** tem como política contratar cobertura de seguros imobiliários para seus escritórios e outras necessidades, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. **20. Conflito Rússia e Ucrânia** – No primeiro trimestre de 2022, iniciou-se a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, onde o conflito já está resultando na morte de milhares de inocentes e soldados russos e ucranianos. Diante desse conflito, vale ressaltar dois pontos importantes, o aumento da crise econômica e a imigração dos ucranianos para os países vizinhos. Embora este conflito tenha causado o aumento da crise econômica mundial, a Companhia declara que tais aspectos não afetarão o desenvolvimento de seus negócios em virtude de sua prestação de serviços não estar vinculada a operações com estes países. **21. Eventos subsequentes** – Em janeiro de 2022 a companhia adquiriu máquinas e equipamentos, financiados pelo Banco Santander, no montante de aproximadamente R$ 353 mil para pagamento em 24 meses.

***Pedro Freire Machado** – Diretor Presidente*
***Claudia R. Dantas** – Diretora Financeira*
***Marcos Nascimento** – Contador CRC 1SP 253.854/O-6*

continua …

Assinado Digitalmente por Diário do Acionista
Certificado Digital fornecido por Certisign Certificadora Digital
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.04.15 13:06:47 -03'00'

Top Down Consultoria & Projetos S.A.

… continuação

CNPJ/MF nº 29.185.279/0001-07

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Top Down Consultoria e Projetos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Top Down Consultoria e Projetos S.A. em 31 de dezembro de 2021 o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor. A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de abril de 2022.

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 034.519/O-6

Luiz Carlos Marques
Contador
CRC 1SP 147.693/O-5